

Ano 28 - nº 7.073 – 06 de junho de 2024

Brasil depende dos bancos públicos para se desenvolver com redução de desigualdades



Na tarde desta quarta-feira (5), durante a terceira mesa de debates do 34º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, os economistas Juliane Furno e Gustavo Cavarzan desafiaram o pensamento econômico convencional que sugere que a participação dos bancos públicos prejudica o desenvolvimento do país. Com dados contundentes, os economistas destacaram o papel fundamental dos bancos públicos em setores-chave da economia, como habitação, agricultura e indústria. Furno e Cavarzan ressaltaram que, sem

o apoio dessas instituições, tais setores teriam menos acesso a recursos para investimentos, o que aprofundaria ainda mais as desigualdades regionais do país.

A cientista social, economista e doutora em Desenvolvimento Econômico pela UERJ, Juliane Furno, que também é assessora da diretoria do BNDES, desconstruiu mitos do neoliberalismo que persistem no Brasil. Ela destacou que, apesar da retórica de que o Estado prejudica o mercado, na realidade, é o Estado que fortalece o sistema econômico, garantindo condições para o desenvolvimento e impactando diretamente na vida da população e na soberania nacional.

“Essa ideia é uma demagogia completamente diferente do que mostra a história. Foi o Estado quem pariu o mercado. Não só isso, a existência de um Estado forte é que cria um bom ambiente para iniciativas de mercado. O período de transição que levou à saída do feudalismo, foi com a construção e fortalecimento do Estado e do sistema de Justiça, dando as bases para a existência do Capitalismo. É o Estado que vai garantir, por meio da justiça e da lei, a propriedade privada. O Estado cria, através também do sistema jurídico, o livre mercado”, afirmou. “O Estado não concorre com o setor privado, ele complementa. Investe em setores essenciais que o setor privado não teria condições de desenvolver sozinho”, complementou Juliane.

39º Conecef debate sobre impactos da IA na Caixa e no emprego bancário

Os delegados do 39º Congresso dos Empregados da Caixa Econômica Federal refletiram, na segunda mesa de debates desta quarta-feira (5), sobre “Os impactos da inteligência artificial no mundo do trabalho”.

Os convidados para contribuir com o debate foram a economista Vivian Machado, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e o pesquisador e doutor em Microbiologia, Átila Iamarino.

Em sua apresentação, Vivian relacionou a inteligência artificial (IA) no atual contexto tecnológico, com o sistema financeiro e o mercado de trabalho. Ela explicou que as tecnologias de IA são classificadas por sua capacidade de imitar características humanas como inteligência artificial estreita; geral e superinteligência artificial.

Por isso, segundo a economista, já está havendo normas de regulamentação do uso da IA, como já existe na União Europeia. A economista disse que as regras europeias determinam que as regras de uso geral serão aplicáveis um ano após a entrada em vigor (maio de 2025) e as obrigações para sistemas de alto risco, em três anos. A supervisão é de responsabilidade das agências nacionais dos Estados-membros, apoiadas pelo “Gabinete de IA” da Comissão Europeia.



- Leia as matérias completas em nosso site -